

QUILOMBO, TERRITÓRIO E PATRIMÔNIO CULTURAL: A VISÃO DE DUAS LIDERANÇAS

QUILOMBO, TERRITORY AND CULTURAL HERITAGE: THE VISION OF TWO LEADERS

Oswaldo Martins de Oliveira

PPGCS-UFES

Paula Aristeu Alves

UFES

Resumo: Este artigo tem por objetivo analisar as concepções de duas lideranças quilombolas da comunidade de Retiro, Santa Leopoldina (ES), sobre as lutas pelos direitos ao território e ao patrimônio cultural. A proposta surgiu das pesquisas realizadas pelo projeto Africanidades Transatlânticas¹ e para a elaboração da dissertação de mestrado de uma das pesquisadoras, que atuou como colaboradora no presente projeto. Para tanto, foram realizadas entrevistas de narrativas de vida sobre as trajetórias de escolarização de quilombolas que concluíram o curso universitário e seus pontos de vista sobre os direitos da comunidade.

Palavras-chave: Quilombos, Cultura, Patrimônio, Território, Lideranças.

Abstract: *This article aims to analyze the conceptions of two quilombola leaders from the community of Retiro, Santa Leopoldina (ES), about the struggles for the rights to the territory and cultural heritage. The proposal arose from research carried out by the Transatlantic Africanities project and for the elaboration of a master's dissertation by one of the researchers, who worked as a collaborator in this project. To this end, interviews of life narratives were carried out on the quilombola schooling trajectories that concluded the university course and their views on the rights of the community.*

Keywords: *Quilombos, Culture, Heritage, Territory, Leaders.*

¹ Projeto desenvolvido junto às comunidades quilombolas e agrupamentos culturais afro-brasileiros no Espírito Santo. A pesquisa é uma parceria celebrada pelo Termo de Cooperação 002/2018 entre a Secretaria de Estado da Cultura (SECULT), a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES) e a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). A pesquisa foi regida pela Resolução nº 210/2018 e contou com financiamento da FAPES e SECULT.

Introdução

Estudar os processos que envolvem as dinâmicas das comunidades tradicionais de quilombos requer a participação no seu universo social, político, econômico e cultural que se expressa por meio da vivência cotidiana. Para tanto, é preciso estar lá, se inserir no lugar que muitos destes quilombolas chamam de “meu”, “nosso” e outros tantos chamam de “casa” ou mesmo de “grande família”. Por esta razão, o estudo aqui proposto emprega a abordagem etnossociológica na perspectiva de Bertaux (2010), onde inseridos no campo, realizamos entrevistas de narrativa de vida sobre as trajetórias de escolarização de quilombolas que concluíram o ensino universitário. Utilizamos a técnica de gravação em áudio e anotações em diário de campo. Também acompanhamos as lideranças que aqui foram analisadas em eventos como celebrações religiosas, reuniões da Associação dos Herdeiros de Benvido Pereira dos Anjos,¹ festividades de apresentação da Banda de Congo e organização da festa junina do CEMEI (Centro Municipal de Ensino Infantil) São Judas Tadeu, onde uma delas atua como professora.

As motivações para realização de parte desta pesquisa partem da trajetória da coautora deste artigo, que é quilombola, filha e neta de lideranças locais e, pertencente à comunidade de quilombo de Retiro. Enquanto o primeiro

coautor realiza pesquisa e acompanha a comunidade por mais de 20 anos. O problema que aqui analisado fornecem respostas para as seguintes questões: Qual a visão das lideranças quilombolas, sobre as lutas pelo direito ao território e ao patrimônio cultural? Os resultados deste estudo, que traz como temática o debate do ponto de vista dos quilombolas sobre suas lutas por direitos ao território e ao patrimônio cultural proporciona benefícios tanto para a comunidade quanto para a academia. Para a comunidade quilombola, tornar visível a trajetória de escolarização de algumas lideranças pode estimular que outros jovens criem uma imagem positiva da cultura herdada dos seus ancestrais, despertem o interesse pelas questões que envolvem a organização política do território e se inspirem na construção de seus próprios projetos. Já para a academia, tal estudo pode propiciar a inserção de um debate ampliado no âmbito da universidade, dos processos sociais, culturais e históricos que envolvem a percepção dos discentes oriundos de comunidades dos quilombos.

As lideranças aqui estudadas definem-se como herdeiras e quilombolas descendentes de Benvido Pereira dos Anjos, o que nos levam a analisar a identidade de quilombo partir das abordagens antropológicas de grupos étnicos e identidades de Barth (2000) e Cuche (2002). Essas abordagens possibilitam compreender quilombo como processo organizativo da comunidade em que as lideranças demarcam sua identidade selecionando símbolos, saberes e práticas que afirmam ser a tradição de Retiro, como marcadores do pertencimento ao quilombo.

Ao tratarmos dos temas de cultura e patrimônio cultural estamos nos referindo aqueles bens de natureza material e imaterial que são transmitidos entre diferentes gerações da comunidade estudada e que localmente são definidos

1 Celebração religiosa: encontro realizado em Retiro, entre as comunidades quilombolas de Retiro e São Mateus, do município de Anchieta, sul do Estado, onde houve uma confraternização que envolveu café da manhã e almoço; celebração de missa na igreja católica local; roda de jongo e congo; entrega da bandeira de São Benedito à Comunidade de Retiro (presente da comunidade visitante). Ambas as lideranças estiveram presentes, participaram da organização do evento e das atividades desenvolvidas. Acompanhamos também diversas reuniões da Associação de Herdeiros, onde os quilombolas foram convocados para discutir pautas voltadas para as melhorias da comunidade em especial na área de saúde, locomoção e abastecimento de água.

como tradição. Em termos dos direitos culturais tomamos como ponto de partida a Constituição Federal de 1988, que em seus Art. 215 e 216, define e dá providências sobre tais direitos. Ela garante aos descendentes de africanos e aos quilombolas o exercício dos seus direitos culturais e o Estado deve, no âmbito de suas competências, proteger as manifestações e expressões de suas culturas. Deste modo, patrimônio cultural são os bens materiais e imateriais que podem ser tomados tanto individualmente como de forma coletiva e fazem referências à identidade, à ação e à memória das comunidades quilombolas e de outros grupos que fazem parte do processo civilizatório nacional. Sendo assim, patrimônio cultural neste artigo se relaciona a toda forma que os agentes sociais de Retiro empregam para identificar e explicar o seu modo de vida.

Do mesmo modo, empregamos o conceito de território com um sentido mais amplo do que o conceito de terra, pois essa última diz respeito à base física e geográfica, enquanto o território possibilita entender as concepções que vinculam os bens culturais à base física, como os valores, costumes, modos de vida e as formas de usar a terra, com o escreveu Oliveira (2019). Tomamos primeiramente esses conceitos a partir de Leite (1990), que os define como um campo de relações sociais e políticas, no qual se elabora a identidade étnica dos negros nos meios rurais e urbanos. Nesta perspectiva a terra é considerada um lugar próprio e diferenciado, na qual surge o território como uma realidade indivisa marcada por uma forma de organização política própria, investida de uma história (negra) e de um universo simbólico particular.

Em diálogo com Arruti (2002), Oliveira (2019) escreve que o território diz respeito a um fenômeno social de natureza simbólica relacional, envolvendo agentes interno e externo, pois requer considerar a construção das memórias do

quilombo. Nesta abordagem, todos os elementos físicos e/ou históricos passam por um processo de simbolização e a introdução de novos elementos (materiais e imateriais) provocam rearranjos nas concepções de território.

A comunidade de Retiro e sua inserção na luta pelos direitos quilombolas

A história da comunidade quilombola de Retiro inicia com o caso ancestral Benvindo Pereira dos Anjos (ex-escravizado) e Maria Pereira das Neves (alforriada), que em 1875 e 1876 teve os primeiros filhos e em 1892 comprou uma primeira terra na localidade de Conceição, em Santa Leopoldina. Ela foi invadida e expropriada com uso da força e atualmente é ocupada por um fazendeiro local. Em 1912 o casal comprou uma segunda terra, denominada pelos herdeiros como “terra em comum”, na localidade de Retiro, deixando-as de herança para seus descendentes. De acordo com Oliveira (2019) a compra de tais terras envolveu uma ação política que visava à construção do território quilombola de Retiro. Localizada há 40 km da capital Vitória, a comunidade expressa à memória e à consciência de identidade de seus integrantes, como um grupo de parentes e quilombolas herdeiros do Benvindo, definindo-se como os “Benvindos”. Trata-se de uma comunidade etnicamente diferenciada, que para entender suas dinâmicas é necessário considerar os bens culturais considerados significativos para seus integrantes e que utilizam delimitar distinções etnoculturais.

Como observamos em pesquisa de campo, os Benvindos constroem a memória sobre seus ancestrais e a consciência de seu pertencimento comunitário por intermédio das narrativas dos mais velhos, da mesma forma que a adoção dos costumes, hábitos e o modo de vida advém de seus pais e avós. Trata-se de processos históricos e sociais que, de acordo com Candau (2011),

são transmitidas no intuito de gerar a consciência de pertencimento e continuidade das gerações predecessoras.

As famílias que vivem em Retiro mantêm laços de casamentos que possibilitam formar uma comunidade de parentes. Deste modo, é comum que haja casamento entre primos de diferentes graus de parentesco. Embora atualmente haja as uniões entre membros da comunidade com “pessoal de fora”, o que predomina é o casamento de “primo com primo”. No entendimento das famílias dos cônjuges, tais uniões favorecem a manutenção dos costumes e “raízes”, já que se entendem como uma única família. Afirmam que as interferências externas provocam conflitos na comunidade e contribuem pouco para preservar os modos de vida comunais.

Os interesses principais da comunidade giram em torno da manutenção da “terra em comum”, que representa um valor econômico e afetivo, pois além de prover o sustento traz consigo uma gama de significado que remete à memória dos seus antepassados. Neste sentido, sua forma de organização social e política tem como foco resguardar a propriedade herdada, que se torna eixo central na organização da comunidade. Com este objetivo, a comunidade iniciou um processo de mobilização que culminou em 1991 na criação Associação dos Herdeiros do Benvindo Pereira dos Anjos. De acordo com Oliveira (2019), quando o estatuto da Associação foi criado, não havia uma consciência quilombola por parte dos membros do grupo, que se auto identificavam como negros, parentes e herdeiros. Então, o documento foi criado baseado nas experiências de vida comunitária dos moradores de Retiro e em suas atuações nas organizações sindicais, religiosas e partidária. Embora não houvesse esta consciência no ano da criação da Associação, a partir de 1993, as lideranças passaram a obter informações acer-

ca das lutas pelos direitos à terra-território de quilombos em reuniões do movimento negro. Como consequência, em 1998, passaram a pleitear o reconhecimento como comunidade remanescente de quilombo e a titulação de suas terras em nome da Associação dos Herdeiros. A interação com atores externos possibilitou o acesso às informações para fortalecer a luta pela titulação das terras.

A partir de então, e da publicação do Decreto 4887/2003, que regulamentou o procedimento para a identificação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelas comunidades dos quilombos, ampliou-se a atuação política de os Benvindos. Essa atuação tornou-se ainda mais efetiva quando, a partir de 30 de setembro de 2005, foi publicada a certificação de reconhecimento de Retiro como Comunidade Remanescente de Quilombo.² Passou, com isso, a ser identificada e a se identificar, como Quilombo de Retiro e/ou Quilombo dos Benvindos. Considerando que a identidade, que remete a normas de vinculação consciente, se constrói e reconstrói na interação (Cucho, 2002), o grupo que anteriormente se identificava como negro e descendente de ex-escravizado, passa então, gradativamente, a se identificar enquanto Quilombola, ressignificando sua identidade quilombola.

Dentre as diversas práticas culturais empregadas pelas lideranças para demarcarem a identidade quilombola local estão as ervas e seus usos, que, segundo Oliveira (2019), são extraídas da reserva de Mata Atlântica local, que são utilizadas em rituais de benzimento, banho e cura. Da mata é extraída também a matéria-prima para a confecção de peças artesanais produzidas desde os tempos dos ancestrais. A mata em Retiro, entendida, segundo Oliveira

² Data da publicação da portaria N° 39/2005 no Diário Oficial da União.

(2019), como uma combinação de patrimônio natural e cultural, constitui-se uma das dimensões simbólicas da comunidade, pois pode ser vista como um espaço de transmissão e atualização de saberes.

Outra tradição cultural de os Benvindos é a Banda de Congo Unidos do Retiro, que desde os seus ancestrais praticam uma dança em devoção a São Benedito. O Congo reúne crianças, jovens, adultos e idosos e se constitui um dos símbolos empregados pelas lideranças para demarcar a identidade quilombola desta comunidade.

Trajetórias de lideranças quilombolas e seus vínculos com os antepassados

As lideranças que tiveram suas concepções analisadas nesse artigo concluíram os cursos de Pedagogia e Administração, sendo um em universidade pública e outro em faculdade da rede privada de ensino. Ambos pertencem a famílias que têm exercido o papel de liderança na comunidade católica local, na Associação dos Herdeiros de Benvindo Pereira dos Anjos e na Banda de Congo de Retiro.

A liderança A tem 40 anos, é nascida e criada em Retiro, onde residiu com os pais até o casamento. Após separação passou a residir com os dois filhos, uma adolescente 15 e um menino de 03 anos. É filha de Maria da Penha Santos Pereira e Mário Raimundo Pereira, também criados no quilombo. Os avós maternos são Nobelina dos Santos e Carolino Ferreira. Ele, neto do Benvindo Pereira dos Anjos e ela, pertencem a localidade de Morro de Pimenta, vizinha a Retiro. Já os avós paternos, são Leopoldina Raimundo Pereira e José Pereira dos Anjos (neto do Benvindo). Ela da localidade de Morro da Pimenta e ele de Retiro. Desse modo, na genealogia familiar, pelo lado materno, a liderança A diz que é tataraneta do Benvindo Pereira dos Anjos visto que sua bisavó Vicência era filha dele. No lado paterno,

também diz ser tataraneta, pois seu avô José também era neto do Benvindo.

A liderança B tem 25 anos, foi criada em Retiro, é o terceiro filho do casal Maria do Carmo Ferreira Benvindo e de João Batista Benvindo, com os quais ainda reside. Seus avós maternos são Etelvina do Sacramento Ferreira e Moisés Ferreira. Ambos de Retiro, sendo Etelvina bisneta do Benvindo Pereira dos Anjos e Moisés era filho de Emília (filha de Benvindo) e neto Benvindo. Os avós paternos são Edith Maria da Conceição Benvindo e Jorge Benvindo (filho caçula do Benvindo), uma das lideranças mais respeitadas na comunidade. Como se observa, a liderança B também tem vínculos de parentesco com os fundadores da comunidade, pois é bisneto, pelo lado paterno, de Benvindo e Maria das Neves.

As genealogias acima demonstram que existe uma conexão entre os líderes do passado e as novas lideranças na atualidade, e constatamos que o estímulo ao estudo e ao exercício da liderança é um processo construído na relação com pais, avós e tios. Verificamos ainda que a permanência e o retorno ao território estão relacionados a este sentimento de pertencimento dessas famílias.

Os processos e trajetória de escolarização das lideranças supracitadas iniciaram na própria comunidade ou em localidades vizinhas. A liderança A estudou da primeira à quarta série na Escola Pluridocente Vargem Grande, uma localidade próxima à Retiro, situada na zona rural, à época que ainda existiam as escolas unidocentes (com apenas uma turma) e as pluridocentes (com turmas divididas por idade, duas a três por sala). Andava cerca de um quilômetro e meio para chegar até ao local.

A partir da quinta série, estudou na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio (EEEFM) Alice Holzmeister, onde também cursou o magistério, concluído em 1999. A escolha pelo Ma-

gistério não foi por opção, pensou inicialmente em cursar Administração ou Psicologia, porém, em virtude de ser o único curso ofertado no município no período diurno foi o único possível a ser realizado.

Em 2000/2001 a liderança A iniciou trabalho com a Educação Infantil, atuando de 2001 a 2009 no Centro Esportivo Municipal de Educação Infantil (CEMEI) São Judas Tadeu, situado na Comunidade Quilombola de Retiro. Atende atualmente não só os alunos da comunidade como os de outras quatro localidades vizinhas. Também neste período, de 2001 até 2005, cursou sua graduação na área de Pedagogia na UFES, no polo localizado na cidade de Santa Tereza. Se deslocava para tal município para realizar trabalhos e demais atividades de pesquisas. Sua graduação foi possível por intermédio de uma ação do Governo Federal em parceria com Estados e Municípios, com o objetivo de capacitar os professores efetivos da Educação Infantil. Em virtude da baixa demanda de professores efetivos na rede básica de ensino, também os professores de Designação Temporária (DT) foram beneficiados podendo assim, realizarem suas graduações em Pedagogia. Desse modo, a liderança A teve formação em séries iniciais e posteriormente cursou pós-graduação nas áreas de Educação Infantil e Educação Inclusiva. Tal liderança aprendeu a ler em casa com seu pai, mestre da Banda de Congo Unidos do Retiro, que trabalhava em Vitória e levava para as filhas revistas de leitura em gibis. Foi a única entre os sete irmãos que concluiu o ensino universitário.

Quanto à liderança B, iniciou os estudos na creche municipal localizada dentro do território quilombola, a mesma que atualmente a liderança A exerce o magistério. A época, denominada Creche São Judas Tadeu em homenagem ao santo católico padroeiro da comunidade. Atendia apenas as crianças de 06 meses a 07 anos que

residiam em Retiro. Atualmente, enquanto CEMEI São Judas Tadeu, atende crianças de todo município, em especial localidades vizinhas.

Aos oito anos de idade, B iniciou estudos na escola municipal Barra de Mangaraí, atual Escola Municipal de Ensino Fundamental Milton Corteletti, situada em Barra, no distrito de Mangaraí onde cursou da primeira à quarta série, níveis oferecidos pela escola. Na sequência, estudou no EEEFM Alice Holzmeister, onde ficou até concluir o ensino médio. Ao término, fez o Exame Nacional do Ensino Médio e se inscreveu em programas para bolsas de estudos sendo aprovado pelo programa Nossa Bolsa que possibilitou ingressar na faculdade FAESA, no curso de Ciência da Computação, onde permaneceu por um semestre. Por falta de identificação com o curso, no semestre seguinte se inscreveu no Programa Universidade para Todos (PROUNI) e conseguiu bolsa para cursar administração na Faculdade Salesiana de Vitória. Iniciou em 2012 e concluiu em 2016.

A liderança B nos conta em entrevista que sua vivência na escola foi algo que considera muito boa, em especial na creche, que por estar localizada na comunidade, conhecia todos os alunos, professores, e demais funcionários. Considera que o ensino fundamental e médio foram tempos tranquilos e que somente na faculdade as coisas começaram a mudar, por dois motivos: 1º) sentiu a diferença de sair de uma escola do ensino médio e ingressar em uma faculdade, onde o nível exigência é maior; 2º) o deslocamento de Retiro para Vitória, local onde situa a instituição de ensino que esteve vinculado, foi um grande desafio, pois dependia de transporte que não chegava até a comunidade, exigindo às vezes, caminhar cerca de 4 km, tanto ao dia quanto a noite em seu retorno, após a aula.

A escolha do curso administração deu-se em razão das possibilidades de trabalho que visua-

lizava existir depois de formado. Embora tenha encontrado desafios durante o percurso no ensino universitário, aponta que a interação com pessoas de realidades diferentes da sua foi enriquecedora para sua formação acadêmica, possibilitando o diálogo com outras culturas e conhecendo a realidade de diferentes trajetórias.

O ponto de vista das lideranças sobre os direitos territoriais e culturais

As lideranças apontam que no processo de construção política de Retiro há avanços e retrocessos em relação aos direitos territoriais e culturais e que suas atuações neste campo político tem se pautado na luta por suas garantias. Para a Liderança A, permanecer residindo no quilombo é uma maneira de potencializar a “batalha” pelos direitos dos quilombolas, uma luta que considera ser tanto de seus pais, dela própria e de seus filhos. Abaixo, segue alguns elementos elencados pelas duas lideranças sobre os direitos territoriais e culturais e os seus pontos de vista considerando o contexto de Retiro.

No que diz respeito à Educação, na avaliação da liderança B, existe um avanço nos níveis de escolarização, se comparado os adolescentes e jovens com os moradores mais velhos. Para ele, no contexto atual, a maioria conclui o ensino fundamental e inicia o ensino médio, coisa que antes não ocorria, a exemplo de seus pais que só concluíram a quarta série. A questão começa a exigir maior atenção no nível médio, em que a seu ver, há maior evasão escolar. Dentre as possíveis causas apontadas por ele está certa “acomodação dos jovens” que não possuem maiores “ambições” para continuarem com os estudos. Diz que em sua trajetória no ensino médio havia o incentivo dos professores para que os alunos realizassem a prova do ENEM e buscassem uma bolsa de estudos ou mesmo estudar na UFES; hoje não sabe como isso tem se desenvolvido na

escola. Dentre suas maiores preocupações em relação à escolarização dos jovens quilombolas, está o receio de ficarem excluídos do mercado de trabalho, que já apresenta restrições para quem tem um curso universitário.

Sobre medidas que garantam renda, a Liderança A analisa que Retiro possui terras propícias ao cultivo, apesar de insuficientes, porém, a maioria dos moradores não dispõe de capital e apresenta dificuldade para desenvolver um plantio e esperar a colheita. Então, precisa buscar formas de sobrevivência fora da comunidade, seja em fazendas vizinhas ou mesmo em municípios da Grande Vitória. É o caso de muitas mulheres que realizam trabalhos domésticos na sede do município ou em municípios vizinhos. Ela afirma ser um avanço já haver na comunidade meio de trabalho, como a colheita de café, que gera renda para alguns moradores, em geral as mulheres que não conseguem trabalhar fora. A prefeitura municipal é também um meio de empregabilidade, mas que alcança poucos quilombolas, que atuam como servidores públicos.

A liderança acima aponta ainda suas preocupações e receio de que a cultura local se perca da memória da comunidade, principalmente no que diz respeito aos ritmos musicais, como segue:

Essa questão dos costumes, da construção dos cestos, dos tecidos, né, com palha, a questão da comida [...] a gente continua fazendo, mas, tem muita coisa que a gente acha que tá se perdendo. A questão cultural do ritmo da música, da dança, porque além de muitos de repente, não terem interesse, aí a gente vê que parece que não vai caminhar mais [...]. Eu fico um pouco preocupada com isso, porque a gente visa o crescimento da comunidade. (Liderança A, comunicação pessoal, 2019).

Ela avalia que há um esvaziamento na Banda de Congo, que hoje conta apenas com cerca de

12 participantes fixos, conseguindo apenas dar continuidade às programações tradicionais, como a festa da fincada do mastro, ou participações pontuais em eventos. Além disso, não há apoio financeiro para confecção de uniformes, ou apoio logístico com transporte para que o grupo possa realizar apresentações nas festividades para os quais é convidado. Tal preocupação pode estar relacionada ao fato de há 13 anos ter se estabelecido na comunidade uma igreja evangélica, que habitualmente em suas doutrinas, demoniza os ritos ancestrais ligados às culturas africanas e afro-brasileiras, como a capoeira e o congo, ambos, símbolos culturais demarcadores da identidade quilombola em Retiro. Outra preocupação da mesma liderança é que as tradições culturais da comunidade possam entrar em declínio com o falecimento de lideranças mais velhas:

Igual já foi a tia Etelvina, que rezava a Ladainha, era a Rainha do Congo né, junto com a gente. O meu pai né, que era o Mestre do Congo, faleceu, tinha outros saberes do benzimento e de buscar as madeiras na mata. O tio Reginaldo, que fazia a cestaria, os cestos, as vassouras. O Claudionor também faz. Tia Edith fazia os tapitins, que era a esposa do Jorge Benvindo. E aí hoje em dia já não fazemos mais essas coisas, muita dessas coisas a gente não faz mais, tá se perdendo. Então, eu me preocupo um pouco com isso, penso no futuro, não sei se a gente vai conseguir caminhar aí nesse estilo de vida nosso aqui. Lógico que a gente vai se atualizando, né, com a questão da atualização da sociedade né em si, mas eu fico preocupada da gente se perder nisso aí. (Liderança A, comunicação pessoal, 2019).

Quanto à capoeira, por meio de recursos provenientes projetos financiados pela Secretaria Estadual da Cultura- ES, tem se mantido há dois anos. A mestra Ananda Coutinho, do Grupo de Capoeira Angola Volta ao Mundo, de Vitória, têm

trabalhado diretamente com as crianças e jovens da comunidade:

E aberto edital e aí a Ananda né, que é mestre de capoeira também, sempre atua nos projetos aqui. Eu não sei qual é o órgão não, mas, aí já é os meninos daqui que monta o projeto. O Aldair junto com Maristela, a Ananda também né, já ajuda. Dois anos que foram feitos, foram enviados os projetos e a gente conseguiu receber a verba, pagar o combustível do professor, a aula. Muitas vezes vem alguma oficina de berimbau. Vem o mestre Chaminé do Rio, tem o mestre Jamelão também sempre, que vem. A finalidade do projeto é para custear, dá um apoio, para financiar essas situações. (Liderança A, comunicação pessoal, 2019).

O relato acima demonstra, conforme verificado em Coutinho (2016), a importância dos atores externos no desenvolvimento das potencialidades da comunidade. A liderança A acredita no potencial da comunidade, como exemplo o turismo, porém, pondera que falta “alguma coisa” para ajudar a dar “um engate” e demonstrar o que o quilombo tem de melhor. Ela ressalta que a comunidade possui ideias, como exemplo o museu, a trilha na mata, passeio de charrete, o portal da entrada do quilombo, entretanto, precisa ter apoio do poder público. Apesar dos desafios ela, relata continuar acreditando e trabalhando para o desenvolvimento local e qualidade de vida dos moradores. Como ela mesma diz: “Eu penso que a gente ainda vai florescer. Um dia a utopia vai mudar”.

Corroborando com a fala da liderança A, pudemos verificar em campo que falta apoio do poder público municipal que não garante de forma eficiente o acesso às políticas públicas de saúde, educação e lazer. O potencial turístico da cachoeira existente no quilombo, que pode gerar recursos para as melhorias locais, também não recebe investimentos.

A liderança B, descrevendo os processos de

organização interna, fundamenta o pertencimento ao quilombo na ancestralidade, que para ele, torna todos uma só família, descendente do ancestral Benvindo. Nesta perspectiva, a identidade quilombola reforça o sentimento de coletividade e por isso, um dos aspectos fundamentais está nas formas de organização e na manutenção cultural. Há uma preocupação por parte das lideranças com o bem-estar coletivo:

Porque aqui a gente tem, pra quem assim viveu aqui por muito tempo, essa questão do coletivo muito forte né, das pessoas se importarem com o outro, né? De você não poder fazer, se você tem condição por exemplo, de fazer um arado mas, você não vai fazer né só porque você tem dinheiro para pagar. Tem outras questões que, às vezes, as pessoas não entendem, mas pela nossa origem, o fato de ser uma terra de herança quilombola tem toda uma questão que pra quem vive aqui é simples né, de entender, mas pra outras pessoas é complicado. Mas só quem vive aqui mesmo há mais tempo que consegue entender estas questões. Tem questões familiares também que só quem vive aqui consegue entender, de o porquê de algumas coisas acontecerem do jeito que acontecem. (Liderança B, comunicação pessoal, 2019).

No trecho acima é possível observar que a liderança B problematiza algumas questões importantes que atravessam a organização do território e que em sua concepção, somente quem pertence a comunidade tem condições de melhor compreender. Há em Retiro diferentes situações econômicas entre as famílias, mas isso não é o suficiente para que quem possui maior renda faça uso indiscriminado da terra, já que existe uma divisão por núcleos familiares, socialmente estabelecida e aceita por seus membros. Para os herdeiros indiretos, aqueles que se casam com os quilombolas de Retiro, tal

divisão é incompreensível, havendo a necessidade de as lideranças desenvolverem um trabalho de orientação para amenizar os conflitos internos. Como a seguir:

Aqui tem a questão, por exemplo, dos núcleos familiares, então né os filhos vão construindo perto dos pais, aí ao longo do tempo isso foi feito né, [...] só que muitas vezes os herdeiros que casam com alguém daqui né, que são herdeiros indiretos, às vezes eles não entendem né, por que tem que construir naquele lugar não em outro, né. Porque eu não posso ir pro outro lado do rio, aí tem que falar que porque lá já é de outra família, e sua família está desse lado do rio e às vezes, mesmo você sendo do mesmo lado, quando é perto do seu núcleo familiar você tem que conversar com as pessoas que moram ali, com os mais velhos e às vezes as pessoas não entendem. E hoje em dia como a maioria casa com pessoas de fora né, esse conflito está cada vez mais presente. (LIDERANÇA B, comunicação pessoal, 2019).

O casamento entre parentes é um fator cultural em Retiro, que pode ser compreendido dentro do processo de educação ou transmissão de saberes, já que os filhos são incentivados pelos pais e avós a manterem relacionamentos no interior do grupo. A liderança B avalia que atualmente este tipo de vínculo matrimonial não acontece com tanta frequência e a comunidade se viu obrigada a aprender a lidar com essa situação da melhor maneira possível. O fato de os herdeiros manterem relação conjugal com “gente de fora” gera uma espécie de conflito para a comunidade, que a seu ver não existia antigamente, quando o “normal” era a maior parte das pessoas da comunidade casar entre si. Os casamentos entre parentes, de acordo com Oliveira (2019), além de evitar o conflito com membros externo à comunidade é uma estratégia de

preservar a terra herdada, mantendo-a entre os Benvindos.

Como uma das estratégias de preservar o patrimônio cultural e a manutenção do território quilombola, a liderança B salienta a importância da transmissão dos saberes ancestrais para as novas gerações de Retiro. Para ele a escola é um lugar onde esta transmissão deveria ocorrer, em especial porque há no território um CEMEI, que pode ser instrumento potencializador deste processo.

O município tem na questão da educação algo que é grave. A gente tem uma creche que é dentro do quilombo, mas você não vê características quilombolas nelas. Esses dias eu tava até reparando nas pinturas né, tem a pintura ali do smilinguido, aí eu estava pensando porque não ter pintado alguma coisa característica da cultura quilombola, tambores, pessoas negras, alguma coisa assim, característica? Ter pintado assim coisas que às vezes não tem nada a ver com a comunidade, então são coisas assim simples, mas que acabam não ajudando tanto no fato da gente ser quilombola. Que se fala muito em educação quilombola, mas na prática mesmo, a gente não consegue vê essa educação na CEMEI. (Liderança B, comunicação pessoal, 2019).

Considerando o tempo que as crianças passam na escola (horário integral), para a liderança acima, a própria comunidade poderia exigir mais dos professores e das pessoas que trabalham no Centro Educacional para que sejam eles também, instrumentos de transmissão da cultura local. Ele se preocupa com a cultura aprendida por meio da tecnologia e as grandes mídias, que se distanciam dos saberes transmitidos pelos mais velhos e aponta possíveis temas a serem trabalhados no CEMEI:

Como que era a vida aqui na comunidade antigamente antes da gente ter luz, ter água encanada, de a gente ter estrada? Como que

era? O que as pessoas faziam pra viver, né? Então são coisas assim, que a gente que é jovem, mas não mais criança, a gente sabe por que já ouviu as pessoas conversarem [...] mas, a gente vê nas crianças que muitos não sabem disso e acho as vezes que não veem valor nessa história. Mas precisava mesmo dessa valorização, de se identificar mesmo como sendo quilombola, não ter vergonha da sua história. (Liderança B, comunicação pessoal, 2019).

A liderança A acredita que o fato de os professores não pertencerem ao quilombo e viverem realidades diferentes, dificulta o entendimento sobre a importância de incentivar a cultura local na escola. Vê ainda falhas na Gestão Municipal de Educação que não possui um plano efetivo sobre a temática para direcionar o trabalho dos professores, tornando ineficientes as ações pontuais realizadas apenas em datas específicas, como em 20 de novembro, dia Nacional da Consciência Negra.

O papel da Associação nas demandas pelos direitos dos herdeiros

A liderança A iniciou sua atuação na comunidade desde cedo, seguindo os passos de seus pais e de outras lideranças mais velhas de Retiro. Como segue:

Papai já era líder comunitário, mamãe também às vezes ajudava ele, a Claudiva, tia Lena. Aí, a gente criança já ia se envolvendo naquela situação. Eu me recordo que muito nova, acho que antes dos 18 anos, eu já ajudava a comunidade, lá dava catequese, depois de um tempo assumi a coordenação da igreja católica né, e por aí fui. Depois passei também a fazer parte das organizações da Associação. (...) foi criada uma associação de moradores que hoje a gente dá o nome de Associação Quilombola dos Herdeiros Benvindo Pereira dos Anjos, porque pela facilidade das negociações com documentação pra gente buscar os nossos direitos, uma questão de coisas,

então foi criada a associação. E aí, eu sempre fazendo parte dos grupos: uma hora da Associação, outra hora do Conselho da Igreja. E até hoje né, eu me envolvo. É por isso que eu falo que não dá pra sair daqui, tem que tá sempre presente na comunidade. (Liderança A, comunicação pessoal, 2019).

O relato demonstra o contexto que a liderança acima iniciou sua participação na vida comunitária, bem como esclarece que a criação da Associação de Herdeiros fez parte de uma estratégia de mobilização política em torno da luta por acesso aos direitos dos quilombolas. Também a liderança B, iniciou cedo sua atuação na vida comunitária:

Desde pequeno minha mãe me levava na igreja, então desde muito pequeno eu comecei a participar. Então quando fiquei já adolescente né, já comecei a pegar mais responsabilidades; eles já começaram a me convidar para participar do grupo do Conselho, né? Do grupo de Ciclo Bíblico e aí, eu fui me envolvendo e já tem oito anos que eu participo do Conselho da comunidade, que é da igreja católica. Depois disso também me convidaram pra participar da Associação. Então já é o segundo mandato na Diretoria da Associação. (Liderança B, comunicação pessoal, 2019).

Ele ressalta que estar na vice-presidência da Associação de Herdeiros, atuando diretamente na gestão do território, permite com maior propriedade conhecer as demandas dos moradores, que são em sua maioria direcionadas à Associação. Salienta que muitas coisas já mudaram para melhor, mas que a comunidade ainda precisa de várias outras, que por vezes, são omitidas pelo poder municipal. Enfatiza que a comunidade possui um histórico de não ficar esperando pelos outros e sim de fazer. Em virtude disso, as ações de melhorias são direcionadas à Associação e seus representantes, escolhidos

por votação popular. Cita como exemplo duas pontes que precisam de reforma e as pessoas cobram da Associação, mesmo que esta obrigação seja do poder público municipal. A “cultura de botar a mão na massa, de fazer” orienta os moradores para que as cobranças sejam a nível interno.

Outra demanda direcionada à Associação são os problemas frequentes em relação ao território, já que cada vez nascem mais pessoas, tornando um desafio a divisão do território e a alocação dos herdeiros em locais favorável a construção. Situação essa, agravada com o retorno a Retiro dos herdeiros que migraram para os centros urbanos. Todos estes fatores, segundo a liderança B, tornam desafiantes e necessária à busca por soluções.

Na mesma lógica, a liderança A vê a Associação de Herdeiros como o canal que deve mobilizar a luta pela manutenção da cultura, memória e história do território quilombola. Deve pautar sua atuação na busca pelo crescimento da comunidade e garantir medidas que deem continuidade aos saberes ancestrais, transmitindo-os às gerações futuras de filhos, netos e sobrinhos do Benvindo. Do mesmo modo, deve mobilizar e articular internamente e com os poderes públicos ações que venham garantir melhorias efetivas na qualidade de vida dos moradores nos aspectos relacionados à saúde, assistência, trabalho e geração de renda, produção agrícola familiar, saneamento, esporte, mobilidade e lazer.

Considerações

Diversas pesquisas sobre os temas dos direitos dos quilombos à titulação das terras-territórios, identidade, memória e culturas tradicionais demonstram que tais temas estão intimamente relacionados. Evidenciam que esses direitos constitucionais estão associados aos direitos

à assistência à saúde e o acesso à educação e ao trabalho (no próprio território e fora dele). Revelam que existem demandas por esses direitos não atendidos de forma satisfatória nesses quilombos.

As lideranças expõem que há uma série de limites que envolvem o acesso e permanência dos jovens nas universidades, interferindo diretamente na construção de seus projetos de escolarização. Se por um lado o município não possui instituições para que estes deem sequência após o término do ensino médio, por outro, se deslocar para a Região da Grande Vitória, local onde se localiza os centros de ensino, torna-se algo desafiador frente às dificuldades com transporte. Associado a essas questões, há conforme constatado em pesquisa de campo, uma evasão escolar dos jovens no nível médio, o que está relacionado diretamente à necessidade de prover o próprio sustento ou de suas famílias, já que muitos destes jovens encontram-se trabalhando nos comércios de municípios vizinhos.

Verificou-se que embora a comunidade quilombola possua atividades produtivas voltadas para a agricultura familiar e produção para o comércio, capazes de em certa medida, gerar trabalho para seus integrantes, ela não é autossuficiente, levando os quilombolas a buscarem forma de sobrevivência fora do território. As lideranças demonstraram insatisfação com os poderes públicos pela falta de apoio no desenvolvimento do potencial econômico, seja por meio do turismo rural ou da agricultura.

As lideranças verificam ainda a ausência do poder público nas ações de infraestrutura da comunidade, sendo a Associação de Herdeiros acionada para responder às demandas dos moradores. No tocante ao fomento à cultura local também não há investimentos suficientes, sendo os agentes externos os que mais contribuem no desenvolvimento de projetos juntos as crian-

ças, adolescentes e jovens. Avaliam que por mais que existam as ideias, faltam ações para alavancar o potencial da comunidade.

O CEMEI infantil existente no quilombo é apontado como potencial instrumento de transmissão da memória e cultura quilombola, no entanto há necessidade de conscientização pedagógica para que isso ocorra. Essa situação dialoga com o debate existente na academia e nos movimentos negros sobre as dificuldades encontradas nas escolas públicas para implementar a Lei 10.639/2003, que determina ensino da história afro-brasileira e africana em todos os níveis de ensino.

Outra constatação da pesquisa foi que entre os quilombolas que constroem projetos de ascensão aos níveis mais elevados de educação escolar, se comparados aos estudos de seus pais e tios, alcançaram os maiores níveis de escolarização em suas famílias, sendo, muitas vezes, os únicos entre vários irmãos, a concluírem o ensino universitário, como no caso da pedagoga, aqui analisada.

Os dados da pesquisa demonstram que os jovens que se destacam como lideranças comunitárias, além de terem passado por um processo de ascensão escolar, são filhos e netos de lideranças e foram encorajados e preparados por seus pais, avós e tios/as, desde a infância, a assumirem tais posições. Os laços de parentesco por filiação e afinidades é fator importante nesta construção.

Os projetos de escolarização dos quilombolas estudados se inserem no contexto comunitário local, onde se almeja por meio do processo de escolarização alcançar melhores condições de vida para as famílias e a comunidade. A formação universitária, na visão desses quilombolas, deve possibilitar um retorno ao Quilombo. A exemplo, o administrador assumiu o papel de gestor do território na vice-presidência da As-

sociação; a pedagoga atua como professora da educação infantil no CEMEI local.

No debate sobre o pertencimento ao quilombo, as lideranças acionam as seguintes práticas culturais para demarcar essa identidade: a) saberes sobre os benzimentos herdados dos seus antepassados; b) uso de ervas e raízes para garrafadas; c) culinárias derivadas da mandioca, da banana e do feijão guando; e d) celebrações festivas de São Benedito (liderada pela Banda de Congo) composta de preces (rezas de ladainha), musicalidade, cortejo, ritmo, dança e fincada e retirada de um tronco de madeira denominado mastro. O mastro com a bandeira hasteada, e nela a pintura do santo negro, é interpretado, conforme Oliveira (2019), como símbolo do pertencimento ao território quilombola de Retiro.

Por fim, não se esgotam aqui as análises acerca da relação entre território e patrimônio cultural quilombola. Interpretamos o tema a partir das trajetórias de quilombolas que exercem a liderança na vida comunitária. Enfatizamos aqui, que os embates pelos direitos ao território e ao patrimônio cultural estão associados.

Referências

ARRUTI, Jose Mauricio P. Andion. **“Etnias Federais”**: O processo de identificação de “remanescentes” indígenas e quilombolas no Baixo São Francisco. Tese (Doutorado). Rio de Janeiro: UFRJ/Museu Nacional- PPGAS, 2002.

BARTH, Fredrik. **O Guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. R J: Contracapa, 2000.

BERTAUX, Daniel. **Narrativas de vida: a pesquisa e seus métodos**. Edufrn: Natal, 2010.

BRASIL. **Constituição Federal**. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 05 de outubro de 1988. 19 ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2002.

_____. Presidência da República. **Decreto 4.887 de 20 de novembro de 2003**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4887.htm. Acesso em 29/11/2019.

_____. Presidência da República. **Lei 10.639 de 09 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Brasília, DF. Disponível em: http://eticoracial.mec.gov.br/images/pdf/lei_10639_09012003.pdf. Acesso em 29/11/2019.

CANDAUI, Jorge. **Memória e identidade**. São Paulo: Ed. Contexto. O jogo social da memória: fundar e construir. P. 137-157. Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/0B_10-dA0uyUV_bmtUX2tVVXRPeJA.

COUTINHO, Ananda Bermudes. **A produção do território quilombola de Retiro e o papel dos atores externos: uma análise em questão**. Tese (Doutorado). UFF: Niterói-RJ, 2016.

CUCHE, Dennys. **A noção de cultura nas Ciências Sociais**. São Paulo, EDUSC, 2002.

LEITE, Ilka Boaventura. Terra, território e territorialidade: três dimensões necessárias ao entendimento da cidadania do negro no Brasil. In: **Seminário América, 500 anos de dominação**. Museu de antropologia da UFSC, 1990.

OLIVEIRA, Osvaldo Martins de. **Projeto Político de um Território Negro**: Memória, cultura e identidade quilombola em Retiro, Santa Leopoldina - ES. Ed. Milfontes, Vitória, 2019.

Oswaldo Martins de Oliveira

Mestre e Doutor em Antropologia Social, professor no Departamento e no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, coordenador do projeto de pesquisa “Africanidades Transatlânticas: história, memórias e culturas afro-brasileiras”, vice coordenador do grupo de pesquisa “Educação para as Relações Étnico-Raciais e Identidades Afro-Brasileiras” (registrado no Diretório de Pesquisa do CNPq), pesquisador filiado ao Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), pesquisador associado ao Comitê Quilombos da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e ao grupo de pesquisa do NUER (Núcleo de Estudos de Identidades e Relações Interétnicas) da Universidade Federal de Santa Catarina, registrado no Diretório de Pesquisa do CNPq.

Paula Aristeu Alves

Graduação em Serviço Social e mestrado em Ciências Sociais . Pesquisadora colaboradora do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB) da Universidade Federal do Espírito Santo(UFES); pesquisadora do projeto “ Africanidades Transatlânticas: história, memória e culturas afro-brasileiras”, credenciado no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UFES.